

Apresentação

Luiz Felipe Zago¹

Um grupo de amigos reuniu-se em Brasília, em novembro de 2014. Eu e outros dois colegas compartilhávamos impressões e angústias sobre a prática dos profissionais de saúde atuantes na área da Saúde Mental, em especial no processo de desinstitucionalização. Falávamos sobre a beleza do descolamento dos indivíduos em relação às instituições de sequestro que os confinaram em nome de sua chamada loucura, e que acabaram por constituí-los como sujeitos loucos, organicamente suturados a determinados modos de ser, pensar e agir em relação a si próprios e em relação à sociedade. Eu sugeri, então, que o processo de desinstitucionalização poderia ser entendido como um aparato pedagógico que se utiliza de certas “ensinagens” visando educar, por assim dizer, esses indivíduos a desinstitucionalizarem-se e recolocarem-se no seio dos grupos que lhe proporcionarão construir novos sentidos à vida.

Minha sugestão causou polêmica. Uma das pessoas do grupo estranhou a aproximação entre prática de desinstitucionalização com prática pedagógica e solicitou que eu explicasse melhor minha colocação. Em parte, os argumentos que expus em novembro de 2014, por conta da polêmica, estão de alguma maneira aqui contemplados neste Dossiê, intitulado “Educação e Saúde”.

As intersecções entre os campos da educação e da saúde são constituídas por disputas. Essas disputas são eminentemente tensas e dizem respeito não somente a temáticas de estudo e de intervenção (o território escolar e o território de saúde, as práticas de profissionais de saúde e educação, os serviços e políticas públicas de saúde e de educação, por exemplo); dizem respeito, sobretudo, a diferentes apropriações conceituais, diferentes abordagens metodológicas, filiações a distintas vertentes teóricas que circunscrevem os modos às vezes inconciliáveis a partir dos quais se definem objetos, métodos e análises que constituem o campo da educação e também o

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil.

campo da saúde. Educação e saúde são campos vizinhos, de conexão estreita, que têm a característica de compartilhar saberes e práticas. Esses saberes e práticas compartilhados emergem de modo radicalmente distinto, entretanto, dependendo da maneira como determinada pergunta de pesquisa ou definição de objeto são construídas, nos diferentes desenhos metodológicos e nas abordagens teóricas empregadas para “rachar as palavras” que ecoam em cada um desses campos. O elemento central na radicalidade dessas diferenças são as relações de poder que caracterizam as disputas da ordem do saber acerca da educação e da saúde. É propriamente a política da produção de conhecimento entre ambos os campos que mais bem expressa a tensão entre eles.

Nessa direção, este Dossiê reúne nove artigos heterogeneamente agrupados no campo de disputa entre educação e saúde. Mostram-se, por isso, bastante produtivos: são ricas as abordagens teóricas, políticas e metodológicas aqui apresentadas, articulando diferentes temáticas e conceitos ora na órbita da educação, ora na órbita da saúde. A produtividade desta heterogeneidade é, pois, a própria multiplicidade de conexões possíveis entre os dois campos, aqui abordada a cada página. Esperar-se-ia um labirinto como imagem metafórica de um Dossiê com o título “Educação e Saúde” que inicia com a discussão sobre uma experiência de prevenção às drogas e que finda com análises sobre a afirmação política anti-estigmatizante de tabagistas; que passeia por corpos de homens viris adoentados; que visita corpos obesos vestindo já espartilhos subjetivos; que sua junto com corpos sarados e potentes; que flerta com atletas dionísicos; que também maldiz e desaprende gêneros e que encara o “menino do pijama listrado” mais além da cerca que o separa do mundo. Preferimos, contudo, a imagem de um tabuleiro de xadrez no qual nós somos as peças do jogo, um tabuleiro de xadrez em que educação e saúde disputam a vida – as nossas vidas – estrategicamente.

O artigo “Aprendizagens da intersetorialidade entre saúde e educação na prevenção do uso de álcool e outras drogas” aborda uma experiência de trabalho conjunto entre educação e saúde por meio da implementação de um programa de prevenção às drogas no Brasil. Publicação cujo tema é inédito no país, é a primeira a desenvolver uma análise teórica e política sobre a prática da intersetorialidade na execução de atividades compartilhadas entre profissionais e gestores de saúde e de educação, tomando como caso concreto a adaptação cultural de um programa de prevenção às drogas entre jovens já implementado na Europa, Ásia e África. Nessa adaptação cultural para os contextos brasileiros, promovida pela Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde do Brasil desde 2013, com

apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC-Brasil), aconteceram aproximações entre escolas e Unidades Básicas de Saúde, também Centros de Atenção Psicossocial e Núcleos de Apoio à Saúde da Família, com o intuito de dar sustentação política e ética a uma intervenção cujo pilar reside no trabalho integrado, compartilhado (e eventualmente disputado) entre saúde e educação.

O artigo “Sempre Alerta! Uma investigação acerca da (auto)vigilância e a gestão de si em um grupo de emagrecimento” segue analisando a implementação de atividades ligadas a uma política pública de saúde. Por meio de pesquisa de cunho etnográfico, buscou-se analisar os modos de efetivação do que se chama aí de “dispositivo de aversão à gordura” junto a um grupo de profissionais integrantes de equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), implementadas junto a uma Unidade de Saúde vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS). No texto, indicam-se os modos como profissionais da ESF e os participantes do grupo Virando a Mesa (grupo de emagrecimento que se utilizava de atividades pedagógicas contidas nos documentos oficiais *Guia Alimentar para a População Brasileira* e *Manual Operacional para Profissionais da Saúde e Educação*) estão engajados em práticas de ensino e de aprendizagem – e, portanto, de produção de subjetividade – que visam intervir e modificar corpos por meio da adoção de determinados comportamentos balizados pelo paradigma da Promoção da Saúde.

O artigo “Educação em saúde: o que se ensina e o que se aprende? Representações de saúde e doença para homens idosos em situação de adoecimento” promove um leve deslocamento em relação às análises sobre estratégias promovidas por políticas públicas de saúde. Embora continue em diálogo com uma política pública (principalmente com as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral À Saúde do Homem), este texto desenvolve uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas, sobre os modos com os quais homens em situação de adoecimento e em trânsito de uma cidade para outra com vistas ao tratamento significam o processo saúde-doença em articulação com construções de masculinidade. No texto, as marcações geracionais se articulam aos pertencimentos de gênero, sublinhando as significações de fraqueza e vulnerabilidade associadas ao envelhecimento e ao adoecimento que tanto perturbam a pretensa virilidade masculina. Os corpos desses homens seguem inseridos em um conjunto de práticas pedagógicas que buscam assimilá-los a certa “normalidade” da saúde, ou que acabam por responsabilizá-los por delas escaparem ou resistirem.

O artigo “‘Que esse canto torto feito faca corte a carne de vocês’: Maledicências e desaprendizagens de gênero e sexualidade no terreno da saúde pública” prolonga as imbricações entre saúde pública, gênero e sexualidade por meio de uma análise de implicação das autoras como pesquisadoras e profissionais dos campos da saúde e da educação. O texto traz o incômodo, o desassossego, o desespero e o “ser-outro” como fonte e instrumento de análises acerca dos mecanismos de produção e regulação dos gêneros e da sexualidade imanentes ao campo da Saúde Pública, às práticas de seus profissionais e às racionalidades de seus gestores. Evocando maledicências e desaprendizagens de gênero para o campo da saúde, provoca-se um movimento de desnaturalização das estratégias que, por meio da inscrição pedagógica normalizante, visam cristalizar identidades de gênero e de sexualidade. Trata-se, portanto, de uma pedagogia às avessas: ensinando a desensinar “a” história sanitária e higienista dos corpos no bojo da Saúde Pública.

O artigo “Educação, Saúde e Geração: Reflexões em diversos espaços de intervenção” trata detidamente da Educação Física como campo no qual se erige um conjunto de saberes e práticas sobre saúde, e sua correlação com as marcas geracionais na produção de saúde dos indivíduos. Ao explicitar a noção de que as práticas pedagógicas que visam produzir e conformar corpos e subjetividades acontecem dentro e fora do espaço escolar formal (a sala de aula, propriamente), o texto constrói análises acerca das infâncias e das velhices enquanto processos sociais e culturais nos quais intervém a Educação Física, com seu arcabouço de saberes e profissionais, na direção de produzir sujeitos “saudáveis” – crianças ou idosos. Segundo o artigo, é na *expertise* dos profissionais de Educação Física na qual se baseiam, e muito, estratégias de promoção de vida saudável na contemporaneidade.

O artigo “Medicalização, controle dos corpos e *crossfit*: uma análise do site CrossFit Brasil” investe numa crítica a algumas vertentes da Educação Física por sua intimidade com as práticas assujeitadoras dos corpos e das subjetividades contemporâneas, sempre em busca da beleza como marca da saúde e da saúde como como marca da potência. Partindo da ideia de medicalização da vida, o texto explora como podem ser concebidas as atividades de *crossfit*, uma mescla de práticas atléticas de várias modalidades de acordo com um ritmo variável e intenso, enquanto peças atuantes na complexa engrenagem das “políticas da própria vida”. A políticas da própria vida seriam um conjunto de racionalidades e de intervenções que assujeitam os corpos precisamente através do seu controle-estimulação e da sua condução à

produção máxima de vitalidade. A implicação é explícita: quanto mais “saudável”, mais sujeito aos discursos e práticas daquilo que se determina como “saudável” e, portanto, está-se cada vez submetido ao biopoder.

O artigo “Circulação do Desejo: esporte, corpos atléticos e práticas de sexo” mantém-se em diálogo com a Educação Física; porém, traz uma perspectiva etnográfica acerca da economia libidinal, por assim dizer, que anima as competições esportivas internacionais que reúnem atletas não heterossexuais – como os *Gay Games* e os *World Out Games*, eventos similares aos Jogos Olímpicos atualizados pelo Barão de Coubertin e que, segundo o autor deste texto, conseguem atrair um número igual ou até maior que sua versão “original” e supostamente heterossexual. Em desafiantes relatos etnográficos das festas que compunham as programações dos *Gay Games VIII*, realizados em Colônia, Alemanha, em 2010, o autor narra e analisa a “interpenetração” entre prática esportiva, sociabilidade e exercícios de prazer que dão consistência (e vida) aos altos números de atletas e de público presentes àqueles jogos. Aqui, investe-se na análise das práticas orgásticas que atraem atletas e público para o *Gay Games*. No limite, os jogos analisados não são os esportivos em si (os jogos “olímpicos”), mas os jogos da sociabilidade das festas que acompanham a programação desses jogos olímpicos LGBT (os jogos “dionísicos”) e que se organizam mediante aquilo que é nomeado de capitalismo farmacopornográfico.

O artigo “Reflexões sobre a desinstitucionalização e algumas estratégias” parte da descrição de trechos do livro *O menino do pijama listrado* para construir pontes de sentido entre cenas dessa narrativa com estratégias vinculadas à desinstitucionalização em Saúde Mental. Na retomada da emergência da Psiquiatria como área da Medicina ocupada em classificar a desrazão, e na reconstituição das trajetórias das Reformas Psiquiátricas italiana e brasileira (articuladas ao movimento de Reforma Sanitária que embasou a criação do SUS), entrevê-se um horizonte ético, paradigmático, no qual podemos nos inspirar para escapar, vazar e enviar os poderes pedagógicos institucionalizantes (aqueles poderes instituintes, modelizantes, assujeitadores que os artigos anteriores mapeiam e desconstroem). A alternativa trazida neste texto é precisamente o encontro com “o menino do pijama listrado”, isto é, o encontro com o mundo em suas contradições, potências e porosidades que nos permitem afirmar a existência em detrimento das sujeições. Desinstitucionalizar é, portanto, desarticular (contra)pedagogicamente quaisquer exercícios de poder que suturam indivíduos às instituições já conhecidas: a da “droga como doença”, do “dispositivo da aversão à gordura”,

das masculinidades viris e inquebrantáveis, da saúde potente, do corpo belo e perfeito, do imperativo do gozo.

Finalmente, Dave Holmes e Blake Poland, que publicam pela primeira vez em um periódico brasileiro, escrevem “Celebrando o risco: as políticas de rotulação de si, transgressão e resistência na Saúde Pública”, no qual tratam do risco e da rotulação de si (*self-branding*), analisando particularmente duas categorias de indivíduos: aqueles que fazem uso de tabaco e aqueles que se engajam no intercuro sexual sem preservativo. No seu artigo, os pesquisadores canadenses habitam exatamente o lugar da fronteira atravessada, do limite rompido, do desinstitucionalizado à deriva em relação aos campos de inteligibilidade que organizam os discursos e as práticas da Saúde Pública. Na radicalidade de suas análises, abordam as contra-condutas de sujeitos que, desafiadoramente, procuram se afirmar como tabagistas e *barebackers*, recusando os estigmas relacionados ao tabagismo e ao sexo desprotegido. Mesmo que tais contra-condutas possam ser entendidas como resistências ativas face aos poderes assujeitadores, Holmes e Poland assinalam cautela para não romantizarmos tais estratégias.

Boa leitura – ou bom jogo de xadrez!